



Secretaria de Estado da Educação

CLIPPING

20 de janeiro 2015



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: A Notícia

Editoria: Ponto de Vista

Data: 20/01/2015

Assunto: Pátria Educadora

Página: 02

A NOTÍCIA

Pátria educadora

No discurso de posse, a reeleita presidente Dilma Rousseff proclamou que o slogan do seu novo governo seria "Pátria educadora", o que arrancou aplausos da plateia formada, na maioria, por políticos. Claro que é alentador ouvir alguém dizer que vai se preocupar com um tema tão vital para uma nação que se pretende desenvolvida, como o Brasil. Porém, historicamente, a prática tem sido diferente, com um quase desprezo pela área, em que pese existirem algumas (raras, diríamos) exceções. Infelizmente, quase nada muda, a começar pela valorização dos profissionais, que são a base para o desenvolvimento de qualquer país. Só um adendo: prefeitos e governadores também deveriam abraçar a causa, formando "Estados educadores" e "municípios educadores".



São os professores que aguentam uma dura jornada de preparação e repasse de conteúdo. São eles, muitas vezes, os psicólogos de alunos problemáticos ou que estão com a autoestima no chão por razões as mais diversas. São esses profissionais que suportam condições muitas vezes nada dignas, como estruturas precárias e alunos com comportamentos mais precários ainda. Portanto, são eles os maiores merecedores de mais consideração nas políticas educacionais.



Vale lembrar que estamos às portas do início de mais um ano letivo, ocasião muito propícia para o discurso virar uma maravilhosa realidade. Afinal, em passado recente, tivemos, em Joinville e no Estado, só para ficar com os casos mais próximos, muitas escolas interditadas, pelos mais variados motivos. Algumas voltaram a funcionar, outras prometem estar com tudo pronto para receber os alunos neste início de temporada escolar. Mas uma pergunta sempre fica no ar por causa de episódios recentes: não haverá novas interdições? Espera-se que não, afinal, a lição já deve ter sido aprendida pelos agentes públicos envolvidos com as coisas da educação.



Outra lição que há muito tempo já deveria ter sido assimilada, é a da manutenção dos espaços. Se houvesse o mínimo de planejamento e comprometimento com o cuidado das estruturas, muitos episódios de alunos sendo remanejados para escolas longe de suas casas poderiam ter sido evitados. Infelizmente, a realidade mostra que é preciso a casa cair para que as providências sejam tomadas, com prejuízos que todos sabem de quem é.



Tomara que o discurso, efetivamente, se transforme em algo palpável, visível. A mudança na realidade da



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Todos pela Educação	Editoria: Educação	Data: 20/01/2015
Assunto: Currículo Nacional		Página: Online



ENTREVISTA MARCOS MAGALHÃES: EM DEFESA DE UM CURRÍCULO NACIONAL

Presidente do Instituto de Co-Responsabilidade pela Educação (ICE) defende que é preciso unificar os objetivos para mudar radicalmente os índices da Educação

Fonte: Diário de Pernambuco (PE)

O ano começou com promessas públicas de colocar a educação como prioridade no país e no estado. A presidente Dilma Rousseff garantiu, em seus discursos, elevar os índices educacionais e fazer do Brasil uma pátria educadora. O governador Paulo Câmara também firmou o compromisso. Entre os discursos e a realidade porém, um longo caminho deve ser percorrido.

Em entrevista ao Diário, o presidente do Instituto de Co-Responsabilidade pela Educação (ICE), Marcos Magalhães, comentou os desafios dos governos para colocar o país entre os melhores do mundo quando o assunto é educação. A principal bandeira defendida pelo engenheiro responsável pela revolução no modelo de ensino do Ginásio Pernambucano, replicado em centenas de unidades de ensino do estado, é a criação de um currículo nacional. Para ele, é preciso unificar os objetivos para mudar radicalmente os índices da educação.

"Não existe um responsável pela educação no Brasil"

Durante a posse do segundo mandato, a presidente Dilma Rousseff anunciou como prioridade a educação. O governador Paulo Câmara também colocou o setor entre os prioritários. Os discursos mostram que estamos no caminho certo? Historicamente, todo político que assume um cargo fala em educação como prioridade. O desafio, então, é transformar isso em ações efetivas, que repliquem lá na ponta, que é a escola. É interessante perceber que a presidente definiu como lema do segundo mandato Brasil, pátria educadora e, imediatamente, sinalizou um corte de R\$ 7 bilhões na educação. O discurso e a ação foram conflitantes. Para uma mudança efetiva, precisamos contar com dois fatores: vontade política de fazer e o entendimento correto sobre quais são as transformações necessárias. Temos, hoje, um problema no modelo de governança, que é disperso, fragmentado. O governo do município é responsável pela educação infantil e o ensino fundamental. O governo estadual cuida de parte do ensino fundamental também e do ensino médio. Já o



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

governo federal fica com o ensino superior. Então você se pergunta quem é o responsável pelo sistema educacional. Não existe um responsável pela educação no Brasil. Fala-se em regime de cooperação, mas isso é algo muito vago. Em nome da gestão democrática, a educação se transformou num sistema anárquico, pois o país não tem um currículo nacional. Implementar um currículo nacional é algo muito simples. É preciso definir o que cada criança precisa aprender em cada ano. Hoje, cada prefeitura, cada estado faz o programa educacional que quer. É até difícil falar o que melhorou ou piorou porque, em avaliações nacionais, você não está efetivamente falando de currículos que são comparáveis. Outra dimensão que precisa ser rapidamente repensada é a do professorado. O currículo das escolas de formação de professores são do século 19, com teorias pedagógicas superadas e desconectadas da realidade na sala de aula. O professor de hoje não conhece tecnologia educacional, não sabe fazer um planejamento, não sabe avaliar o resultado de uma prova, ou seja, não sabe gerir a sala de aula e não tem prática pedagógica. Em resumo, você não tem um currículo nacional, tem índices que medem currículos diferentes e forma mal o professor. Essa é a receita do fracasso e é a nossa realidade.

O que falta para o currículo nacional ser elaborado?

Tenho esperanças de que o ministro (da Educação) Cid Gomes assuma essa tarefa. O currículo nacional é algo que tem que sair do MEC, num ambiente de discussão com as secretarias estaduais de educação e especialistas do setor educacional. O ministro Cid Gomes tem uma trajetória muito rica no contexto educacional. O município de Sobral (Ceará), por exemplo, é uma cidade referência no Brasil em qualidade de educação. Ele, como prefeito da cidade, há cerca de 16 anos, começou uma revolução. O Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) médio de Sobral é 7,4. Visitei escolas lá com Ideb 9 (a partir de 6 o Ibed é considerado alto). Essas taxas se assemelham a da Finlândia, referência internacional em educação. O ministro falou em reforma no ensino médio, que é algo fundamental. O ensino médio é a porta de saída do jovem para o mundo. Entenda mundo como mercado de trabalho ou academia. O Brasil tem um ensino médio com 14 matérias. Não há ser humano que aprenda bem 14 matérias em um ano. Nos países desenvolvidos, há sete matérias nessa etapa da vida escolar. Há ações, entre elas o currículo nacional, que precisam ser tomadas e carecem de vontade política.

O senhor é um defensor da parceria público-privada. Como as empresas podem ajudar os governos com relação à educação?

Em todos os países onde foi necessário realizar uma transformação educacional e ela foi feita com sucesso, essa tarefa foi consequência de uma junção entre os poderes público e privado. O empresário tem que perceber o que ele pode fazer para ajudar. É o que chamo de fazer para influir, ou seja, não adianta apenas criticar a educação dizendo que ela está ruim. O empresário tem que pensar também, desenhar algo novo e mostrar que esse modelo funciona. Foi o que fizemos com o Ginásio Pernambucano, que estava em decadência. Em conjunto com outros colegas empresários e com a concordância do então governador Jarbas Vasconcelos, mudamos aquela realidade e criamos um novo modelo de escola. Outro ponto importante é criar modelos que sejam replicáveis. Isto é, não adianta fazer uma única escola funcionar. É preciso fazer uma rede escolar funcionar e isso é muito difícil. O modelo do Ginásio Pernambucano, por



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

exemplo, foi levado para mais de 300 escolas no estado e muitas outras no Brasil. O quarto ponto, que considero um dos mais fundamentais, é a continuidade porque a democracia pressupõe alternância de poder. Nosso papel é chamar o governo para avançar com um mesmo programa. Aqui em Pernambuco, o modelo do Ginásio Pernambucano passou por Jarbas, Eduardo Campos e, agora, Paulo Câmara. É preciso lembrar, porém, que o setor empresarial e o terceiro setor não são os donos da escola. Esse papel é do setor público. Se ele não estiver aberto à cooperação com o setor privado, não vai acontecer nada.

Igarassu adotou, recentemente, esse modelo de parceria público-privada por meio do ICE, financiado pelo Grupo Fiat, na implementação da educação integral na rede municipal. Como tem sido esse trabalho?

A Fiat, dentro da política de responsabilidade social da companhia, desejou não só implantar uma fábrica e gerar empregos, mas criar um impacto perene nas comunidades ao redor. Conversamos com a empresa e tivemos convergência de princípios. Igarassu é uma cidade onde não só a arquitetura continua no século 17. Tudo ainda é muito tradicional, convencional. Há, hoje, um empenho no processo de modernização para trazer a cidade ao século 21. A primeira vertente do trabalho em Igarassu é a formação dos professores da rede. Em três anos, iremos repassar com eles todos os temas, conteúdo e novas metodologias à luz do que foi avaliado em sala de aula. Começamos esse trabalho avaliando os quase 10 mil alunos da rede para saber onde estávamos pisando. Ao longo de 3 anos, queremos elevar o conhecimento do professorado de Igarassu para um nível muito mais alto. Em paralelo, vamos implantar no município escolas de educação integral, no modelo do ICE. A rede física ainda é muito simples e, por isso, vamos construir escolas novas, reformar unidades existentes. Com o tempo, vamos avançando para a escola do século 21, onde o aluno não apenas vai adquirir conhecimentos de língua portuguesa, matemática e ciências, mas vai desenvolver um conjunto de competências atitudinais, com consolidação de valores, como solidariedade, autonomia e cooperação.

*Marcos Magalhães nasceu em Sertânia, Sertão de Pernambuco, e tem 68 anos

Assumi a presidência da Philips na América Latina em 1996, após ter presidido a Philips América do Sul e Philips do Brasil

Graduado em engenharia elétrica pela UFPE e pós-graduado em telecomunicações na Holanda, país onde está situada a sede da Philips

Foi condecorado com a Medalha da Ordem do Mérito dos Guararapes, do estado de Pernambuco, e com a Medalha Joaquim Nabuco, da Assembleia Legislativa

Foi responsável pela recuperação da Casa dos Estudantes de Pernambuco e do Ginásio Pernambucano, onde estudou, durante o governo Jarbas Vasconcelos

Atualmente, é presidente do Instituto de Co-Responsabilidade pela Educação (ICE)



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Todos pela Educação	Editoria: Educação	Data: 20/01/2015
Assunto: Investimentos		Página: Online



INVESTIR NO ENSINO MAIS CEDO TEM CUSTO MENOR, APONTA LEVANTAMENTO

Pesquisa mostra que gasto para reverter déficit é o dobro do aplicado na primeira infância (do 0 aos 6 anos de idade)

Fonte: O Estado de S. Paulo (SP)

Investir na correção de desigualdades durante o desenvolvimento infantil é mais eficaz e mais barato do que em outras etapas da vida. Se governos e famílias tentarem reverter déficits de aprendizado apenas a partir do ensino fundamental, terão de aplicar o dobro do dinheiro que gastariam na primeira infância, época de desenvolvimento do 0 aos 6 anos de idade.

Como cada conteúdo aprendido em um período da vida serve para o aprendizado na etapa seguinte, os déficits ou desigualdades têm de ser corrigidos o mais cedo possível, para que não se acumulem.

Isso é o que aponta um levantamento de pesquisas científicas sobre a primeira infância, produzido pelo Núcleo Ciência pela Infância (NCPI), iniciativa que reúne estudiosos de Harvard, da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (FMUSP) e da Fundação Maria Cecília Souto Vidigal.

O documento, intitulado O Impacto do Desenvolvimento na Primeira Infância sobre a Aprendizagem mostra que o investimento nessa etapa não tem impacto somente no desempenho acadêmico, mas influencia toda a vida, gerando maior renda, melhor saúde e até menor criminalidade.

Os pesquisadores explicam que o desenvolvimento nessa fase é crucial. E o cérebro tem toda a participação nisso: quanto mais novo o indivíduo, mais conexões o órgão faz. No segundo ano de vida, chega a realizar 700 novas conexões por segundo. Ely Harasawa, da Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, explica que as grandes aquisições, como a linguagem e o raciocínio, são mais bem desenvolvidas exatamente na infância. "Não é que depois não recupera, mas demora mais, gasta mais dinheiro e mais esforço."



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

O pesquisador em educação Eduardo Marino ressalta que não adianta, no entanto, os pais relegarem a tarefa do desenvolvimento das crianças para a escola. "Os pais tendem a ter um maior envolvimento nessa fase, porque é a estreia da criança na escola. Mas é preciso ter proximidade com o educador, estabelecer um canal de diálogo e entender os desafios nessa etapa", afirma Marino.

A educadora Bianca Inês da Silva, de 27 anos, trabalhou em uma creche particular e, na hora de escolher uma instituição municipal para a filha, de 3 anos, se preocupou em conhecer o corpo docente da instituição. "Eu pergunto para as professoras como foi o dia da Maria Eduarda", explica. "Sei que, se não tivesse atividade lá, teria de compensar em casa."

Expansão. Governos também terão o desafio de expandir suas redes e com qualidade. De acordo com o novo Plano Nacional de Educação (PNE), o Brasil terá de universalizar o acesso à pré-escola até 2016 e ter 50% das crianças de zero a três anos na creche até 2024 - em 2012, 82,2% das crianças estavam na pré-escola e 23,5%, na creche. "Construir é o mais fácil. O custo de manutenção é a grande questão", diz Francisco Carbonari, do Conselho de Educação de São Paulo.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Todos pela Educação	Editoria: Educação	Data: 20/01/2015
Assunto: Iniciativas internacionais		Página: Online



O QUE OS PAÍSES RICOS ESTÃO FAZENDO PARA MELHORAR A EDUCAÇÃO?

Um estudo inédito divulgado nesta segunda-feira pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) analisa mais de 450 iniciativas implementadas por 34 países com o objetivo de aperfeiçoar seus sistemas educacionais.

Fonte: BBC

A mudança mais popular no grupo, que reúne majoritariamente países ricos e não inclui o Brasil, diz respeito à preparação dos estudantes para o mercado de trabalho, voltado principalmente para o ensino profissional e técnico.

Este tipo de mudança tem forte impacto, segundo especialistas, na produtividade dos trabalhadores - o que colabora para fortalecer a economia dos países.

A segunda reforma mais popular envolveu melhorias no ambiente escolar, com foco principalmente na preparação de professores.

A OCDE analisou iniciativas adotadas nos últimos sete anos. Segundo a organização, ainda é preciso analisar os resultados da maior parte destas políticas.

Embora os pesquisadores ressaltem que as soluções dizem respeito a cada país e não podem ser simplesmente copiadas para outras realidades, algumas ideias podem fornecer material para o debate geral de como melhorar a educação.

Eis algumas delas compiladas pela BBC Brasil.

1) Mercado de trabalho ou continuidade dos estudos

Quase um terço (29%) das reformas implementadas tiveram como objetivo preparar os estudantes tanto para o mercado de trabalho como para continuar seus estudos. O foco principal foram reformas nos sistemas nacionais de ensino profissional ou técnico.

Portugal, por exemplo, criou uma estratégia com o objetivo de aumentar o número de jovens matriculados no ensino profissional. Os cursos oferecidos são compatíveis com a demanda do mercado de trabalho.

Outra inovação: estão em teste programas de ensino profissional que começam mais cedo, a partir dos 13 anos.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Já a Dinamarca reformou seu sistema de ensino profissional com foco na redução da desistência.

2) Melhorias no ambiente das escolas

Reduzir o número dos alunos por turma, implementar reformas curriculares e, principalmente, capacitar professores foram o objetivo de 24% das reformas analisadas.

A Austrália criou um instituto dedicado apenas ao aprendizado de professores, e a Holanda desenvolveu um programa que visa a atrair os melhores estudantes para faculdades de educação.

Já a França reformulou o conteúdo e a estrutura de seus programas de treinamento de educadores, criando escolas que aliam treinamento prático ao teórico.

3) Garantir qualidade e equidade na educação

As reformas implementadas pelos países da OCDE também tiveram como objetivo implementar políticas para garantir que todos os cidadãos tenham acesso a um nível mínimo de educação, independentemente de circunstâncias pessoais ou sociais. Ações deste tipo foram 16% das implementadas.

O Chile, por exemplo, introduziu um sistema que proíbe que a seleção para escolas de ensino fundamental tenha como critério renda ou performance. A regra também limita a possibilidade de as escolas expulsarem alunos com resultados ruins.

Na Nova Zelândia, foram implementadas estratégias para melhorar a educação dos maoris, população nativa que representa cerca de um quarto dos habitantes do país.

Entre as iniciativas está um programa para engajar adolescentes com idades entre 14 e 18 anos na área de educação.

Na Inglaterra, um programa concede fundos adicionais às escolas para que elas consigam manter nas classes crianças em risco social. A ideia teve um impacto positivo.

4) Sistemas de avaliação

Sistemas de avaliação são considerados importantes pela OCDE porque apontam áreas em que é preciso melhorar. Implementar essas políticas, que visam a medir os resultados tanto dos alunos quanto das escolas, responderam por 14% das reformas.

No México, um instituto nacional de avaliação ganhou, em 2013, autonomia para desenvolver uma estratégia de acompanhamento válida para todo o país. Padronizar as avaliações facilita a comparação de resultados.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Na Itália, um projeto piloto acabou sendo expandido devido a seu sucesso. O projeto permite que as escolas decidam se serão avaliadas ou não. O processo envolve uma auto-avaliação da escola e uma avaliação externa, que é usada para estabelecer metas. Essas informações são divulgadas publicamente.

5) Reformas de financiamento

Conseguir melhorar as formas de financiar os sistemas de educação é um dos grandes desafios das escolas. Incrementar o financiamento foi o objetivo principal de 12% das medidas avaliadas.

Nos EUA, teve início em 2009 o programa Race to the Top, que atrela o financiamento das escolas à implementação de reformas e inovações na área de educação. Os Estados recebem fundos com base em seus planos para o futuro e também na qualidade dos professores, alunos e escolas. Eles precisam também ter competência para processar dados e informações estatísticas de educação.

Na Alemanha, dentro de um projeto criado para estimular a atividade econômica durante a crise financeira, o governo federal deu apoio a investimentos de Estados e comunidades em educação. Foram destinados 8,7 bilhões de euros (cerca de R\$ 26,5 bilhões) a áreas como educação infantil, estrutura escolar e universitária e pesquisa.

6) Governança

A organização do sistema educacional e a definição de uma política nacional de educação foram foco das ações de 9% das reformas.

Ter uma estratégia nacional é importante, de acordo com estudiosos, porque proporciona parâmetros que devem ser seguidos nacionalmente.

Na Dinamarca, uma reforma nas escolas públicas, possibilitada por um acordo que envolveu todos os partidos políticos, foi feita para elevar expectativas, simplificar objetivos curriculares e abrir escolas para as comunidades.

Já a Estônia estabeleceu cinco metas para a educação no país. Entre elas está o uso de tecnologia digital no processo de aprendizado e uma maior correspondência entre o que é ensinado e as necessidades do mercado de trabalho.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Nota 10	Editoria: Educação	Data: 20/01/2015
Assunto: Licenciaturas		Página: Online



Professor sem graduação pode se inscrever em licenciaturas

Começa nesta terça-feira (2) o período de pré-inscrição de professores da educação básica em cursos de licenciatura específicos para educadores das redes públicas que ainda não possuem graduação e para aqueles que precisam complementar a formação. São 710 vagas, das quais, 500 para primeira licenciatura e 210 para segunda licenciatura, ofertadas pelo Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (Parfor) presencial, do Ministério da Educação.

A pré-inscrição deve ser feita até 13 de março na Plataforma Freire e as aulas iniciam no segundo semestre. Os cursos especiais para a formação de professores da educação básica são criados e ministrados por universidades públicas. A Universidade Federal da Bahia (UFBA), por exemplo, anunciou a oferta de 280 vagas para primeira licenciatura em matemática, história, ciências biológicas, geografia, letras vernáculas, química e pedagogia. Cada curso terá 40 vagas. Na UFBA, as aulas serão ministradas em módulos de uma semana por mês, em horário integral de segunda-feira a sábado.

A oferta de cursos, turmas e vagas no Parfor obedece a uma dinâmica com três fases em sequência: as redes públicas e os institutos federais de educação profissional informam o número de vagas que suas redes precisam; as instituições de ensino superior, que participam do plano, definem e informam a oferta de cursos e de vagas; e os educadores fazem a pré-inscrição na licenciatura que pretendem cursar. Todo o processo é realizado na Plataforma Freire.

Concluído o período de pré-inscrição dos professores, as secretarias de educação e os institutos federais analisam se os requisitos foram atendidos pelos pré-inscritos. Se a inscrição é validada, o professor garante a vaga na licenciatura.

Para ocupar as vagas da primeira licenciatura, o professor precisa atender a diversos requisitos: estar vinculado a uma rede pública estadual, municipal ou do Distrito Federal; no exercício da atividade do magistério; não ter curso de licenciatura. A carga horária mínima é de 2.800 horas, das quais, 400 horas de estágio supervisionado. O curso tem duração de quatro anos.

Já o educador com graduação em área diferente daquela em que leciona precisa estar há pelo menos três anos na rede pública, para fazer a segunda licenciatura. Esse curso tem carga horária de 800 horas a 1.400 horas e duração entre dois anos e dois anos e meio. O Parfor também oferece formação pedagógica para docentes graduados não licenciados,



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

em exercício da docência nas redes públicas. Essa formação complementar é de 540 horas, ministrada durante um ano.

Os cursos são gratuitos para todos os professores. O custeio é de responsabilidade da Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior (Capes), que repassa recursos para as instituições responsáveis pela formação, supervisão de estágio e certificação. Cabe às secretarias de educação assegurar aos cursistas material escolar, transporte, hospedagem e alimentação durante o processo de formação.

Em vigor desde 2009, o Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica abre todos os anos turmas especiais em cursos de licenciatura e em programas de segunda licenciatura, na modalidade presencial, exclusivas para educadores das redes públicas que não possuem formação superior na área onde atuam, conforme exigência da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB).

A Plataforma Freire, espaço criado no portal do Ministério da Educação para informar os professores sobre cursos especiais, traz orientações, o calendário do Parfor, as instituições participantes, as vagas.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Nota 10	Editoria: Educação	Data: 20/01/2015
Assunto: Sisu	Página: Online	



Sisu inscreve mais de 1,2 milhão de estudantes no primeiro dia

Balanco divulgado pelo Ministério da Educação (MEC) mostra que o número de inscritos no Sistema de Seleção Unificada (Sisu) chegou a 1.283.251 até as 19h desta segunda-feira (19) - primeiro dia de inscrições.

No ano passado, o Sisu registrou 1,05 milhão de pedidos de estudantes no primeiro dia de abertura do sistema online de inscrições.

De acordo com balanço parcial, São Paulo, com 156.385, é o estado com o maior número de inscritos até agora, seguido de perto por Minas Gerais, com 156.170 candidatos.

O Sisu seleciona estudantes com base nas notas obtidas no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Na primeira edição deste ano, o Sisu oferece 205.514 vagas em 5.631 cursos de 128 instituições públicas de educação superior. As inscrições vão até as 23h59 de quinta-feira (22). Podem participar aqueles que fizeram o Enem de 2014 e não tiraram nota 0 na redação.

Durante o período de inscrição, o candidato poderá consultar, em seu boletim na página do Sisu, a classificação parcial na opção do curso escolhido e, se desejar, mudar de opção até o fim do prazo. O sistema vai informar a nota de corte em cada curso a partir de amanhã (20).

Neste ano, haverá apenas uma chamada. Os demais processos tiveram duas chamadas regulares. O resultado será divulgado no dia 26.

Para cumprir a Lei de Cotas (12.711/2012), as instituições deverão reservar, no mínimo, 37,5% das vagas para os estudantes de escolas públicas. De acordo com o MEC, do total de 99 instituições federais participantes do sistema (59 universidades e 40 instituições de educação profissional), 68 já reservam 50% ou mais das vagas para candidatos provenientes de escolas públicas.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Folha de São Paulo	Editoria: Educação	Data: 20/01/2015
Assunto: Fies e Prouni		Página: Online

É O JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL - F. 1. 2. - WWW.FOLHA.COM.BR
FOLHA DE S. PAULO

Para escolas, inclusão de jovens fica mais difícil

As entidades representativas do setor querem uma revisão das novas regras do Ministério da Educação, cujo titular, Cid Gomes (Pros), não estava no posto quando a portaria foi editada.

"O Fies e o Prouni [que dá bolsas de estudo a alunos da rede privada] foram programas instituídos por lei. Como você altera uma lei criada dentro do Parlamento por meio de portaria? Vamos entrar na Justiça contra isso", afirma Amábile Pacios, presidente da Fenep (federação das escolas particulares).

Para ela, as novas regras criam "insegurança jurídica" e terão impacto no orçamento das empresas do setor.

Analistas de mercado afirmam que a mudança traz de fato insegurança, mas entendem que o setor continua com potencial de crescimento (leia texto ao lado).

Diretor-executivo do Semesp (sindicato de mantenedoras de estabelecimentos do setor de São Paulo), Rodrigo Capelato diz que as medidas trarão maior prejuízo às instituições de menor porte. "Tem muita instituição com 80% dos alunos com Fies."

"Entendo que tem que haver uma política fiscal de redução, mas você não pode fazer isso da noite para o dia, porque senão você quebra as instituições", argumenta.

A entidade aponta que será mais difícil cumprir a meta de incluir 33% dos jovens de 18 a 24 anos no ensino superior. De acordo com dados de 2012, o percentual estava em 15,4%.

Mais diplomática, Elizabeth Guedes, da Abraes (Associação Brasileira para Desenvolvimento da Educação Superior), aposta num entendimento com o MEC e a Fazenda, de Joaquim Levy.

"O compromisso da presidente Dilma com a 'pátria educadora' nos tranquiliza", afirma ela.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Rádio Araguaia	Editoria: Educação	Data: 20/01/15
Assunto: Investimentos em SC		Página: Online



R\$ 50 milhões

O Ministério da Educação (MEC) atendeu ao pedido do Governo do Estado e confirmou o repasse de R\$ 50 milhões para Santa Catarina, montante a ser investido na formação de professores e em infraestrutura e mobiliário para escolas catarinenses. A informação foi repassada pelo ministro da Educação, Cid Ferreira Gomes, em audiência na noite desta segunda-feira, 19, em Brasília, com o governador Raimundo Colombo e o secretário de Estado da Educação, Eduardo Deschamps.

"Esse valor já estava empenhado e será liberado em curto prazo para ter impacto positivo no início do calendário escolar. São ações que já estavam em curso aguardando essa confirmação de liberação", explicou o governador Raimundo Colombo.

"Estamos fechando um ciclo do plano de ação articulada, uma parceria entre governos estadual e federal. Algumas das ações ainda estavam pendentes de recursos, já empenhados mas não liberados. E o ministro Cid Gomes assumiu, hoje, o compromisso de liberação desses valores para Santa Catarina. Desses R\$ 50 milhões, parte poderá ser aplicada imediatamente. Outra parte, principalmente aquela volta para construção de escolas do ensino médio, será liberada ao longo do primeiro semestre para conclusão das obras", acrescentou o secretário Deschamps, lembrando que as ações contam com contrapartida do Governo do Estado.

A secretária adjunta da Articulação Nacional, Lourdes Martini, também acompanhou a reunião. Nesta terça-feira, 20, o governador Raimundo Colombo segue com agenda na capital federal.